

GROUNDÉD THEORY

Eugénia M. Fernandes
Ângela Maia

Introdução

A *grounded theory* é uma das metodologias qualitativas que tem vindo progressivamente a ser mais utilizada pelos investigadores no âmbito das ciências sociais e humanas, nomeadamente em diferentes áreas da psicologia. Ela decorre da evolução das formas de pensar o conhecimento e os próprios processos de construção de conhecimento, não podendo entender-se os seus pressupostos e características sem termos em conta o contexto mais global da história da ciência no último século.

As rupturas nos paradigmas científicos estão associadas à impossibilidade de uma perspectiva dominante compreender e explicar novos conhecimentos, exigindo assim uma reformulação ao nível dos quadros conceptuais que os possam suportar. Se, por um lado, os desenvolvimentos teóricos fundamentam o desenvolvimento de novas metodologias, por outro lado também eles podem emergir pela força das produções derivadas das novas metodologias. Apesar desta dinâmica responsável pelas rupturas, cada paradigma pode ser classificado, segundo Guba (1990), pela forma como conceptualiza a natureza da realidade (ontologia), pela concepção acerca dos processos de conhecimento (epistemologia) e pelas estratégias consideradas adequadas para produzir o conhecimento (metodologia).

As formas de produção de conhecimento que têm dominado as sociedades ocidentais partem do pressuposto de que existe uma realidade externa verdadeira que pode ser conhecida através de metodologias rigorosas e precisas. Estes princípios têm sido considerados, por alguns autores (Guba, 1990; Guba & Lincoln, 1994), como a base do paradigma positivista e de uma perspectiva dualista, segundo a qual existe um sujeito conhecedor /observador e um objecto externo que pode ser objectivamente estudado. Nesta perspectiva o objecto a conhecer / observar é distante e externo; as metodologias são rigorosas e precisas; e, por isso, o conhecimento construído é descontextualizado, sendo veiculado em relatos objectivos e estruturados por normas. A preocupação com interpretações objectivas, fieis e válidas apoia-se num compromisso com o objectivismo e na crença na temporalidade (realidade estática, externa, verdadeira). Assim, num paradigma positivista, os relatos da investigação, quer sejam do tipo quantitativo quer qualitativo, reflectem um esforço de controlar o ponto de vista individual. Embora as metodologias quantitativas sejam aquelas que

melhor se adequam aos pressupostos que referimos, encontramos por parte de algumas metodologias qualitativas esforços para se aproximarem dos padrões por que se regem os modelos quantitativos.

Os desenvolvimentos mais recentes da investigação qualitativa tendem a adoptar uma posição epistemológica não positivista, recorrendo a procedimentos metodológicos que envolvem uma análise mais detalhada e flexível de material escrito, verbal ou visual, que não é convertido em pontos ou escalas numéricas, nem é considerado um espelho de uma realidade externa objectiva. Ela não procura encontrar modelos abstractos de conhecimento nem produz conhecimento nomotético, sendo particularmente utilizada para a compreensão das experiências e dos significados que os seres humanos constroem em interacção. A epistemologia subjacente está de acordo com o pressuposto construtivista de que "... o conhecimento científico do mundo não reflecte directamente o mundo tal como ele existe externamente ao sujeito conhecedor, mas é produzido ou construído pelas pessoas e dentro de relações históricas, sociais e culturais" (Henwood & Nicolson, 1995, p.109).

Por isso, a metodologia qualitativa é utilizada em estudos que contextualizam o conhecimento, tomando o próprio processo de construção de conhecimento como uma dimensão importante a considerar. Este posicionamento suporta-se na crença de que não existe produção de conhecimento independente do sujeito conhecedor, assumindo-se que o investigador deve incorporar e assumir na sua produção científica a sua própria subjectividade. Esta perspectiva assume, ainda, que os relatos seguem regras e tradições, não sendo isentos de valores e, por isso, não são objectivos. Uma outra crença que suporta estas metodologias qualitativas é a de que não é possível ter acesso a uma realidade externa sem ter em conta as características do observador e as metodologias de observação.

Segundo Denzin e Lincoln (1994), a investigação qualitativa tem já uma longa história que pode ser compreendida em cinco momentos diferentes. Num primeiro período, que se iniciou por volta do ano 1900 e que decorreu até 1950, designado por período tradicional, os investigadores das áreas da sociologia e antropologia começaram a utilizar os métodos qualitativos para estudarem diferentes grupos humanos, fazendo relatos objectivos que eram descritos segundo os valores da cultura ocidental. Este posicionamento tinha subjacente o princípio que há formas de conhecimento que são superiores às outras e mais próximas da verdade, e que esta "verdade" poderia ser escrita de modo "científico". Num segundo momento, designado por modernismo, que se situa entre 1950 e 1970, a preocupação continuou a centrar-se na procura do rigor, de tal modo que as alternativas de investigação qualitativas propostas continuam a orientar-se pelos princípios de validade defendidos pelas metodologias quantitativas, ainda que os objectos estudados fossem privilegiadamente definidos pela diferença (e.g. estudo das comunidades homossexuais). O terceiro momento foi designado por géneros misturados precisamente por representar um período de emergência de diversidade de paradigmas, métodos e estratégias, motivada pela crise social, política e de valores que dominou os fins dos anos 60. Um quarto momento, designado por crise da representação, decorreu entre 1986 e 1990, sublinhando o questionamento dos critérios de validade, generalização e fidelidade da investigação qualitativa. As teorias interpretativas ganharam neste período maior importância e desafiaram cada vez mais a noção de verdade absoluta.

A partir dos anos 90, a investigação qualitativa tem recebido mais aceitação expandindo-se a disciplinas em que tradicionalmente não foram tão utilizadas. Para além disso evidencia-se uma tendência para ler as teorias em termos contextuais e locais, a amplitude das teorias é de menor escala, as teorias são para problemas e situações específicas.

Embora se possam diferenciar fases em que predominam determinadas orientações, cada momento histórico ainda actua no presente, existindo um maior leque de escolha dentro das metodologias / paradigmas e estratégias. Actualmente reconhece-se a existência de momentos de descoberta e re-descoberta, a investigação não é vista como neutra ou objectiva, estuda-se os fenómenos no seu meio natural, a investigação é entendida como um processo interactivo, dependente do poder e dos valores.

Apesar da crescente aceitação e abertura à investigação qualitativa, esta sofreu e continua a sofrer algumas resistências por parte dos investigadores mais tradicionais descrentes e críticos dos estudos qualitativos. Os investigadores qualitativos foram apelidados de *Soft Scientists*, e a investigação qualitativa foi considerada como um trabalho não científico, exploratório, inteiramente pessoal, com muito viés, como um desafio à razão e à verdade. No outro extremo, alguns autores têm vindo a chamar a atenção para a necessidade de a psicologia se libertar da "ortodoxia metodológica" (Valsiner, 1991), ou da "narrativa progressiva" (Gergen & Gergen, 1986), que dão origem a modelos e estratégias empíricas cada vez mais abstractas e refinadas, mas cada vez mais distantes do ser humano. A este propósito, podemos lembrar as palavras de Wittgenstein (citado por Santos, 1993, p. 137) "Sentimos que mesmo depois de terem sido respondidas todas as questões científicas possíveis, os problemas de vida permanecem completamente intactos". Esta necessidade de uma reforma metodológica, corresponderá à defesa da substituição da "artilharia metodológica" com que as ciências sociais e humanas se muniram seguindo os cânones das ciências naturais, pelas estratégias qualitativas.

A nossa postura, tal como defendeu Polkinghorne (1991), é de que esta reforma não deve corresponder à substituição de uma verdade por outra. A investigação qualitativa não deve ser entendida como superior à quantitativa, mas sim como uma alternativa de que os investigadores podem dispor, permitindo estas duas metodologias dar oportunidade de responder a questões de investigação diferentes, tendo consciência que a escolha de métodos diferentes dá origem a formas de conhecimento diferentes. Ao contrário da defesa de uma exclusividade metodológica, o panorama actual da investigação permite escolher, sabendo que não há um método universal, ou que qualquer discurso tem um lugar privilegiado. Estas metodologias não são necessariamente incompatíveis, podendo mesmo ser conciliadas em diferentes momentos do processo de investigação, obedecendo a princípios de validação distintos. Como veremos posteriormente, as metodologias qualitativas seguem cânones de validação diferentes, dando azo a uma reflexão sobre os critérios mais adequados para julgar a validade desta investigação e substituindo os significados de conceitos como validade, fidelidade e generalização.

No âmbito da investigação qualitativa podemos encontrar uma diversidade de estratégias metodológicas, como por exemplo os estudos ideográficos, etnografia, etnometodologia, *grounded theory*, análise de discurso, análise da conversação, análise

narrativa, etc. Cada uma destas metodologias olha para os dados qualitativos com quadros de referência distintos dando por isso origem a formas de conhecimento diferentes. O *Handbook of Qualitative Research* (Denzin & Lincoln, 1994) constitui uma obra de referência para os investigadores atraídos por estas metodologias, apresentando uma boa diversidade das alternativas disponíveis.

Na área da psicologia, o percurso da investigação psicológica cedeu tradicionalmente à sedução das metodologias quantitativas, numa tentativa de aproximação dos parâmetros da cientificidade das ciências naturais. O método científico, o rigor experimental, o controlo de variáveis bem operacionalizadas, a formulação e verificação de hipóteses tem orientado tradicionalmente a investigação na psicologia. No entanto, e reportando-nos aos últimos anos, a investigação qualitativa tem recebido uma crescente aceitação e reconhecimento por parte de investigadores em diferentes áreas de conhecimento psicológico¹. Apesar da forte tradição das metodologias quantitativas na psicologia, a recolha de dados qualitativos não é algo novo no contexto da investigação nesta disciplina. O que parece ser mais inovador é o valor e tratamento que estes dados qualitativos mereceram recentemente no âmbito da investigação em psicologia. De facto, sendo o objecto de estudo da psicologia o comportamento humano, e este tomado nas suas dimensões mais discretas ou interactivas e históricas, não pode o investigador nesta área deixar de dar importância aos dados qualitativos que se relacionam com a experiência, o discurso ou a história, mais com palavras do que com dígitos. Como concluem Henwood e Nicolson (1995, p.109) "os dados qualitativos têm sido sempre uma parte do repertório metodológico da psicologia".

Procuramos enquadrar as metodologias qualitativas no âmbito do percurso histórico da investigação, mas sendo este capítulo dedicado à *grounded theory*, passaremos agora a abordar esta metodologia, começando por falar acerca da sua origem e objectivos e debruçando-nos depois sobre os procedimentos.

Grounded theory

A *grounded theory* surgiu há mais de 30 anos e, tal como outros modelos de investigação qualitativa, teve a sua origem no contexto dos estudos sociológicos. A tradição do interacionismo simbólico ligada à Escola de Chicago teve como um dos seus aspectos distintivos a valorização do envolvimento do investigador no processo de investigação, ou seja, na forma como o investigador se vê neste processo e não como o mundo exterior se lhe apresenta (Layder, 1993). Como veremos mais tarde, os autores da *grounded theory* vão salientar esta dimensão na formulação do seu modelo, mas ele surgiu igualmente como reacção à sua insatisfação com os modelos prevaletentes na sociologia (teorias de Merton, Parsons e Blau) pelo facto de serem demasiado especulativos, isto é, não terem uma relação com o próprio processo de investigação, apresentado-se com problemas de validade por falta de correspondência à realidade. Glaser e Strauss, no âmbito do seu estudo sobre a morte de doentes terminais em contexto hospitalar, sentiram a necessidade de formalizar uma resposta metodológica que lhes respondesse a estas questões. Propuseram por isso um modelo de investigação "grounded"ⁱⁱ, com o objectivo de criar uma ligação mais estreita entre a teoria e a realidade estudada, sem pôr de parte o papel activo do investigador neste processo.

A *grounded theory* foi proposta por Glaser e Strauss (1967) na obra *The discovery of Grounded theory: Strategies for qualitative research*. Esta obra apresenta ainda sinais de alguma ênfase numa epistemologia positivista, que podem ser encontrados no próprio título e na crença que transmitem de que os resultados são obtidos através do método da descoberta e que esses resultados são independentes do investigador. Importa referir que obras posteriores destes autores (Glaser, 1978; Strauss & Corbin, 1990; 1998) têm vindo a afastar-se do paradigma positivista assumindo uma postura mais próxima do paradigma construtivista. Strauss e Corbin fazem mesmo questão de sublinhar na obra editada em 1998 que "teorizar é um acto de construção" (p. 25).

A aplicação da *grounded theory* a diferentes domínios de investigação tem evidenciado esta postura por parte dos investigadores. Os diferentes estudos reflectem um processo que é função do contexto e dos objectivos de investigação, criando alguma diversidade na utilização desta metodologia. No entanto, apesar da diversidade, os diferentes autores que se debruçam sobre a *grounded theory* partilham o abandono da crença na existência de uma verdade sobre uma realidade externa que pode ser descoberta, valorizando as condições contextuais em que os fenómenos ocorrem, ou seja, a teoria é "*enacted*" num processo em que co-existem interpretações de múltiplos actores. Como afirma Rennie (1998, p. 101) a *grounded theory* tem uma lógica de justificação hermenêutica "envolvendo uma reconciliação do realismo com o relativismo e uma teoria não fundamentalista de verdade, sendo por isso atractiva para quem prefere mergulhar nos dados antes de se lançar para a teoria".

O facto de os psicólogos terem importado este modelo de investigação está relacionado com o facto de a *grounded theory*, e contrariamente aos métodos que tal como este tinham surgido antes na sociologia, se centrar na dimensão humana da sociedade, nos significados que as pessoas atribuem às suas vidas e nos aspectos subjectivos da vida social (Layder, 1993). Julgamos que esta preocupação está mais próxima das actuais preocupações da psicologia relativamente à compreensão da experiência e da construção de significados. Uma outra razão da sua crescente aceitação na psicologia decorrerá do facto de haver um paralelismo na ruptura entre o positivismo e o pós-positivismo na investigação sociológica e psicológica. Ao ver postos em causa os cânones das ciências naturais sobre os quais se tinha baseado a psicologia científica, foi possível valorizar perspectivas teóricas e de investigação que tinham sido afastadas pelo paradigma dominante. Esta metodologia veio contribuir assim para dar resposta às necessidades de investigação mais coerentes com os paradigmas pós-modernos na psicologia.

A *grounded theory*, enquanto metodologia qualitativa, partilha os princípios ontológico e epistemológico que referimos anteriormente acerca das metodologias qualitativas. Apresenta, por isso, algumas similaridades com outras metodologias qualitativas, nomeadamente quanto aos materiais que podem ser analisados, como entrevistas, observações de campo assim como documentos de todos os tipos (diários, cartas, autobiografias, biografias, relatos históricos, jornais, vídeos e outros materiais dos *media*), entre outros. O *grounded theorist*, tal como outros investigadores qualitativos, assume a responsabilidade do seu papel interpretativo e inclui as perspectivas das vozes que são estudadas.

Existem, no entanto, algumas diferenças em relação a outras metodologias qualitativas. Uma delas, como veremos posteriormente, é a possibilidade de os procedimentos de *grounded theory* poderem combinar técnicas qualitativas e quantitativas. Uma outra diferença é a centração desta metodologia na construção (e não na verificação) de teoria.

Porque a noção de teoria é central e distintiva neste método, procuraremos aqui transmitir o que é que os autores que se têm debruçado sobre a *grounded theory* entendem por “teoria”. Teoria é diferente de uma descrição de dados, construindo-se com base num conjunto de procedimentos de conceptualização e no estabelecimento de relações plausíveis entre conceitos e conjunto de conceitos. Os investigadores da *grounded theory* não estão interessados em criar teoria sobre os actores individuais, mas sobre os padrões de acção e interacção entre vários tipos de unidades sociais, sobre processos decorrentes das mudanças nas condições quer internas, quer externas, ao fenómeno em estudo. Por isso, a teoria baseada nesta metodologia é informada por um modelo paradigmático (Strauss & Corbin, 1990) que especifica as consequências e condições particulares do fenómeno; e ela torna-se preditiva no sentido em que se ocorrerem condições similares, poderão ocorrer consequências similares.

Apesar de a complexidade conceptual desenvolvida no processo de *grounded theory* permitir níveis de abstracção, as teorias são sempre traçáveis aos dados que lhes dão origem, dentro do contexto interactivo da colecta e análise dos dados, em que o investigador é também um interactuante significativo. As teorias compreendem a possibilidade da exploração de cada nova situação para ver se se adequam, como se podem adequar e como podem não se adequar, exigindo uma abertura do investigador para o carácter provisório de qualquer teoria.

O método: Grounded Analysis

O método da *grounded theory* consiste num conjunto de procedimentos sistemáticos e rigorosos de análise de dados, organizados numa sequência que tende para uma maior complexidade e integração. Neste ponto, restringir-nos-emos a fazer uma descrição muito sumária e geral dos tipos de procedimentos *analíticos* (*grounded analysis*) inerentes a cada fase desta sequência, atendendo à especificidade de cada procedimento e à complexidade de todo o processo de análise e tomando como referência as indicações de Strauss e Corbin (1990; 1998). Para uma aprendizagem e aprofundamento deste método, aconselhamos o leitor a consultar as fontes dos seus autores originais (Glaser & Strauss, 1967; Strauss & Corbin, 1990; 1998) bem como de outros autores de referência no uso desta metodologia (Rennie, Phillips & Quartaro, 1988; Charmaz, 1990, 1997; Henwood & Pidgeon, 1992).

Como referimos antes, a metodologia da *grounded theory* tem como objectivo último gerar teoria que é construída com base na recolha e análise sistemática e rigorosa dos dados e na orientação dos investigadores através de um processo indutivo de produção de conhecimento. Com efeito, se, por um lado, os procedimentos da *grounded theory* são bem definidos no sentido de conduzir a interpretação com rigor e precisão, por outro permitem a criatividade necessária à ocorrência de um dos princípios básicos na construção de teoria: a interpretação e conceptualização dos dados. A criatividade suporta a sensibilidade teórica, ou seja, a capacidade para dar sentido e significado aos dados, e estimula a formulação de questões, sendo assim

também favorável ao método de comparação constante que, como veremos, é um “instrumento” central ao longo de todo o processo. Durante o processo de questionamento é importante que o investigador se preocupe com o desenvolvimento da sensibilidade teórica, de modo a criar abertura para desafiar os próprios pressupostos, aprofundar a experiência e olhar para além da literatura. As leituras científicas e a experiência e conhecimentos do investigador são, segundo Strauss e Corbin (1990), algumas das fontes desta sensibilidade, embora sugiram várias técnicas para se desenvolver o processo de questionamento tão caro à *grounded theory*.

Definição do problema de investigação

O primeiro passo para se iniciar uma *grounded analysis* é definir o problema ou as questões que orientarão a investigação. Embora ocorra numa fase muito inicial, é importante não descuidarmos os cuidados que merece. O uso desta metodologia pode ficar comprometido, logo de início, pela forma como colocamos as questões. O investigador tem que fazer algumas escolhas e compromissos que ajudam a definir os limites do fenómeno a estudar. Como afirmam Strauss e Corbin (1990, p. 38) “a questão de investigação num estudo de *grounded theory* é uma afirmação que identifica o fenómeno em estudo”. Por exemplo, se queremos estudar a experiência dos alunos universitários aquando da transição para o mundo do trabalho, não teremos que estudar todas as dimensões deste fenómeno, mas teremos que seleccionar alguns dos aspectos do problema. Por outras palavras, o investigador formula questões suficientemente abertas para permitir um percurso de análise flexível e em profundidade do fenómeno em estudo, mas o compromisso com os limites definidos pela questão ajuda a tornar investigável o fenómeno escolhido para estudo (Glaser & Strauss, 1990). A definição do problema e das questões que o representam não acabam no início da investigação. No âmbito desta metodologia, as próprias questões também evoluem com a análise. Formular uma questão corresponde ao início de uma atitude de compromisso com o princípio fundamental da análise inerente à *grounded theory*: o método de comparação constante. O método de comparação constante é o princípio central da *grounded theory* e consiste num movimento contínuo entre a construção do investigador e o retorno aos dados, até este processo ficar “saturado”. É este método que permite que a elaboração que o investigador vai fazendo se mantenha próximo dos dados (*grounded*) (Rennie, Phillips & Quartaro, 1988; Hendwood & Pidgeon, 1995). Este método tem sido descrito pelos seus autores em várias obras (e.g., Glaser, 1978; Glaser & Strauss, 1967; Strauss, 1987; Strauss & Corbin, 1990), sendo enriquecido e estimulado pela sensibilidade teórica do investigador, o que permite que à medida que a análise se vai desenvolvendo, outras questões vão sendo formuladas, o que exige o retorno aos dados. Neste processo de reformulação de questões, estas vão evoluindo de questões abertas para questões progressivamente mais focalizadas e orientadas. Em geral as diversas questões que orientam um estudo de *grounded theory* orientam o investigador para os processos subjacentes aos fenómenos em estudo. Começam frequentemente por *Como...?*, reenviando para as experiências ou acções dos participantes. No entanto, a formulação das questões também vai evoluindo à medida que o próprio processo de análise decorre. Assim, o questionamento é informado pela própria análise, assim como os resultados desta informam sobre a necessidade de novas fontes de dados mais específicas ou mais variáveis.

Construção da amostra

Os estudos que usam a metodologia da *grounded theory*, constróem uma *amostra teórica*, ou seja, a amostra vai sendo definida pela própria análise e não seleccionada na íntegra previamente. Na prática, vai-se diferenciando em função das questões e ideias que vão surgindo durante a análise, não se tratando de uma amostra representativa das características dos participantes, mas uma amostra "relevante" para o fenómeno em estudo, que pretende ser representativa das variações e tipicidades do fenómeno, e que, por isso, é dirigida intencionalmente pelo processo de análise de dados (Strauss & Corbin, 1990). Por exemplo Matos e Gonçalves (2000), ao usarem a *grounded theory* para estudar os processos de construção da identidade da mulher associados à violência conjugal, utilizaram dois grupos contrastantes de mulheres vítimas de maus tratos (já em processo de divórcio ou em início da procura de ajuda) com variedade de posturas face à experiência de vitimização.

Embora o número de pessoas ou casos utilizados dependam do acesso, tempo e recursos disponíveis, para satisfazer os requisitos da construção de uma amostra teórica o procedimento adequado é ir analisando as entrevistas à medida que elas são realizadas, terminando quando se atinge uma saturação teórica, ou seja, quando as categorias encontradas começam a estabilizar e os casos novos não trazem nada de novo ao investigador.

Procedimentos de codificação

Podemos distinguir na *grounded analysis* três tipos de codificação: aberta, axial e selectiva. O procedimento de *codificação aberta* consiste na "decomposição, análise, comparação, conceptualização e categorização dos dados" (Strauss & Corbin, 1990, p. 61). Os procedimentos usados para fazer esta codificação aberta são essencialmente: fazer questões, fazer comparações, rotular e etiquetar. O processo de questionamento em contacto estreito com os dados, é também uma oportunidade de questionamento das expectativas e pressupostos que o investigador desenvolveu previamente acerca do fenómeno que estuda. Assim, esta fase é já uma fase de exploração para a diversidade e construção de conhecimento teórico.

Como se faz a codificação aberta? A codificação aberta ocorre numa alternância de dois processos: fazer questões e fazer comparações. Neste processo de questionamento e comparação constante, o investigador inicia a conceptualização do fenómeno em estudo. O primeiro passo é decompor os dados em unidades de análise (seja uma observação, um afirmação, um texto, um acontecimento crítico, algo que represente o fenómeno) e questionar abertamente acerca destas unidades. Por exemplo, questões do tipo: "*O que é isto? O que é que isto representa? ajudam a focalizar a atenção no fenómeno e abrem caminho para a construção de conhecimento indutivo*" (Strauss & Corbin, 1990, p. 64).

Este questionamento exige competências de observação e atenção focalizada, atitude de curiosidade, e capacidade para ir nomeando e conceptualizando as respostas que vão emergindo neste processo. Este acto de nomear as unidades de análise é tanto mais rico e eficaz quanto mais se aproximar de uma conceptualização em vez de uma descrição, pois as categorias conceptuais permitem trabalhar maior número de dados. No entanto, este processo de gerar conceitos acerca do fenómeno resulta, por vezes, em alguma confusão e diversidade de conceitos associados às unidades de análise.

O passo seguinte consiste em agrupar os conceitos em categorias. A construção destas categorias resulta do estabelecimento de relações de similaridade entre conceitos que parecem associar-se ao mesmo fenómeno. A associação de cada conceito a uma categoria não só é provisória, como não é mutuamente exclusiva, ou seja, o mesmo conceito pode associar-se a outros conceitos para integrar diferentes categorias. Assim, o nome atribuído à categoria conceptual deve ser mais abstracto, de forma a compreender os conceitos mais específicos que com ela se relacionam.

O processo que conduz dos conceitos às categorias conceptuais assenta de novo na alternância entre o questionamento e a comparação. Strauss e Corbin (1990) sugerem duas formas de proceder neste processo de categorização conceptual, e que são, ou questionar cada um dos conceitos, ou questionar a totalidade com questões do tipo: *O que é isto?* ou *A que tipo de fenómeno pertence?*, identificando relações de similaridade e contribuindo para a construção de categorias abstractas. Neste processo de questionamento e comparação constante, o investigador identifica relações de similaridade que unem alguns conceitos e que, ao serem nomeadas, formam uma categoria conceptual. A nomeação da categoria pode surgir quer por influência dos conceitos identificados e da sua ligação lexical aos dados, quer da sensibilidade teórica do investigador, ou ainda remeter para outros significados frequentemente veiculados na literatura. Neste último caso é importante clarificar o significado que a categoria assume no estudo em causa, e diferenciá-lo dos significados tradicionalmente associados. No entanto, o procedimento de conceptualização é um pouco mais complexo do que nomear. Identificar uma categoria exige a sua especificação, ou seja, implica a definição das suas características no contexto do fenómeno em estudo. De acordo com o método da *grounded analysis*, definir uma categoria passa por identificar propriedades bem como as suas respectivas dimensões. As dimensões definem um contínuo da propriedade em relação à qual o fenómeno se posiciona.

A codificação aberta centra-se quer na identificação de categorias, quer na definição flexível de propriedades e dimensões. Tanto as propriedades como as dimensões são aspectos importantes para o estabelecimento de relações entre as respectivas categorias e contribuem, portanto, para a identificação de uma categoria de nível mais abstracto, em fases posteriores. A definição de propriedades e respectivas dimensões permite, com a continuidade do processo de análise sobre novos acontecimentos, identificar perfis para as categorias e, eventualmente, definir perfis padronizados. Este processo de identificação de propriedades e dimensões pode complexificar-se em diferentes níveis hierárquicos, dando origem a uma estrutura conceptual complexa e densa. De qualquer forma, esta deve ter possibilidade de ser verificada nos dados analisados.

O processo da *grounded theory* supõe que cada propriedade (sendo ela própria uma categoria) pode ter em si própria as suas sub-propriedades (ou características), cada uma delas susceptível de ser dimensionalizada. Por exemplo, num estudo realizado por uma das autoras, a propósito das memórias dos terapeutas (Fernandes, 1999), uma das categorias inserida no domínio da experiência dessa memória no âmbito da sessão terapêutica era *resposta interna*. Esta categoria tinha diferentes propriedades (ou características): cognitiva, emocional, sensorial. Cada uma destas propriedades tinha dimensões específicas. A dimensão cognitiva poderia definir-se num contínuo entre a complexidade e a simplicidade cognitiva; a dimensão emocional

poderia situar-se num contínuo entre a emocionalidade positiva, neutra ou negativa; enquanto a propriedade da experiência sensorial definia-se num contínuo entre intensa e leve.

Segundo Strauss e Corbin (1990), a identificação das propriedades pode fazer-se por um processo de questionamento dedutivo, partindo de propriedades gerais e posterior verificação junto dos dados relativos ao fenómeno em estudo, ou por um processo de questionamento indutivo, identificando e notando no discurso ou relatos analisados as propriedades das categorias que remetem para o seu posicionamento num contínuo dimensional. Por exemplo, quando um adolescente diz: “vou passar grande parte das minhas férias a passear”, *grande parte* remete para uma dimensão temporal que caracteriza a categoria férias.

Dependendo do objectivo subjacente ao estudo, o investigador pode parar a sua análise nesta fase, se, por exemplo, o objectivo for apenas identificar temas sobre o assunto em estudo. No entanto, Strauss e Corbin (1990) advertem para a necessidade de continuar o processo de análise se se pretender fazer um “verdadeiro” estudo de *grounded theory*, ou seja, construir teoria. Em suma, o processo da codificação aberta assenta num questionamento constante dos dados, na conceptualização das respostas encontradas, voltar atrás no sentido de detalhar as análises efectuadas e especificar as categorias construídas, questionando e verificando até à saturação deste processo.

Tal como referimos antes, esta metodologia permite a articulação com métodos quantitativos. Rennie, Philips e Quartaro, (1988), dão indicações sobre as formas de realizar estes procedimentos. Por exemplo, a identificação da categoria central desta fase, especialmente numa perspectiva mais clássica da *grounded theory*, pode decorrer da quantificação das relações que ela estabelece com as outras, permitindo definir uma estrutura hierárquica a partir da frequência dessas relações entre categorias. Foi este o procedimento utilizado por Fernandes (1993).

A *codificação axial* é um outro procedimento que, em geral, decorre numa fase posterior à codificação aberta. Ela consiste num conjunto de procedimentos através dos quais os dados já conceptualizados são reorganizados com base no estabelecimento de ligações entre as categorias, indo para além das suas propriedades e dimensões. Isto significa que é um procedimento que permite a especificação das categorias que emergem da codificação aberta em termos de um conjunto de condições que lhe dão suporte e precisão, salientando uma das categorias como representando a ideia central e em relação à qual outras estabelecem relações de subordinação. Estas relações são definidas pelas diferentes condições: condições causais (acontecimentos ou factores que levam à ocorrência do fenómeno e que geralmente no texto analisado são referências das expressões causais do tipo: “desde...”, “porque...”, “devido...”), contexto (conjunto de condições que especificam a localização do fenómeno, quer em termos da sua ocorrência, quer em termos da sua resolução, situando-o também numa perspectiva temporal e evolutiva), condições intervenientes (conjunto de factores contextuais mais latos, mas que podem afectar a ocorrência e desenvolvimento do fenómeno em estudo, como por exemplo: cultura, políticas sociais, história...) estratégias de acção e consequências.

Entre as categorias construídas na codificação aberta algumas são condições ligadas às condições causais, acções, estratégias... ou seja, às condições inerentes ao modelo definido para organizar a codificação axial. Mas pode acontecer que durante a

codificação aberta surjam diversas categorias que não denotam necessariamente uma condição, uma estratégia ou uma consequência. Assim, a identificação destas condições pode exigir um esforço de orientação do investigador.

Em suma, este modelo paradigmático organiza as diferentes categorias anteriormente identificadas na codificação aberta, estabelecendo relações entre elas. Neste recurso constante ao questionamento indutivo sobre os dados e as categorias entretanto codificadas, define-se o fenómeno de estudo. Para o estabelecimento destas relações e atribuição de condições específicas a determinadas categorias, o investigador recorre de novo aos procedimentos analíticos inerentes à codificação aberta, ou seja, questionamento sistemático dos dados e comparação constante entre conceptualização e dados. O questionamento deve reenviar para a natureza relacional do vínculo potencial entre as categorias. As categorias construídas para definir estas relações devem ser referenciadas ao modelo axial, e devem ser verificadas em confronto com os dados. Para além disso, se esta codificação axial tem na sua base uma codificação aberta, cada uma das categorias que representam estas condições organizadoras também podem ter propriedades e dimensões, a que o investigador deve continuar a dar uma atenção, permitindo a renovação da estrutura conceptual já construída quando outros acontecimentos novos são analisados.

Do mesmo modo que na fase da codificação aberta, nesta fase o investigador deve estar atento à diversidade de padrões que emergem da codificação axial, e notar a diversidade ou desvio da tipicidade, tomando-os como indicadores úteis para o estudo da variabilidade do fenómeno ou do que no âmbito do fenómeno em estudo é diferente. Este será então mais um momento de enriquecimento da amostra teórica cujo desenvolvimento vai acompanhando a análise de *grounded theory*. Como afirmam Strauss e Corbin (1990, p.109) “seguir através das diferenças acrescenta densidade e variação à teoria”.

Embora a codificação aberta e a codificação axial sejam procedimentos de análise distintos, durante o processo global de análise o investigador alterna entre estes dois tipos de procedimentos. De facto, durante o processo de codificação axial o investigador move-se constantemente entre o pensamento indutivo e dedutivo. Se, por um lado, o investigador define categorias que subentendem uma relação entre outras categorias, por outro tem de proceder a um movimento de verificação destas relações junto dos dados. Portanto este processo de estabelecimento de relações entre categorias inerente à codificação axial também obedece ao princípio do método de comparação constante, pelo que as construções são sempre provisórias. É esta estrutura hierárquica das categorias, definida por relações diferenciadas e complexas, que dá suporte à teoria construída com base nos dados analisados. Na figura 1, procuramos representar o resultado hipotético de uma codificação axial acerca do fenómeno “tristeza”.

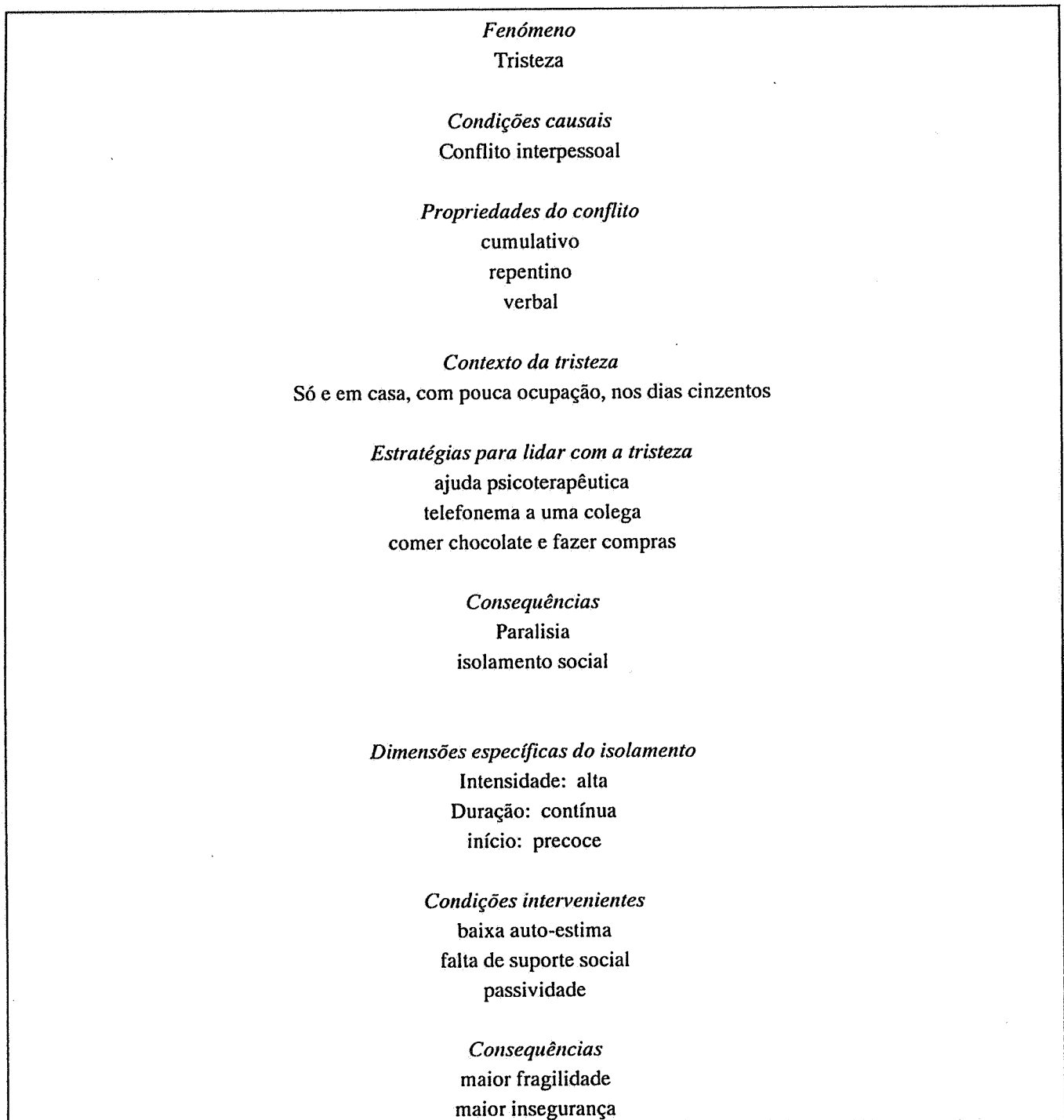


Figura 1: Exemplo de uma codificação axial

A *codificação selectiva* (categorização hierárquica /estabelecimento de relações, identificação de categorias centrais) consiste num processo de selecção da categoria central, ou seja, do fenómeno à volta do qual todos os outros são integrados. Embora não sendo muito diferente da codificação axial, este processo de codificação é de nível mais abstracto, derivando do estabelecimento de um relacionamento sistemático entre a categoria central e as outras categorias, e pela validação destas relações. É nesta fase que o investigador constrói a história ou narrativa descritiva do fenómeno central de estudo.

Depois de analisar e codificar os dados que sistematicamente e de um modo informado pela análise vão sendo recolhidos, o investigador confronta-se com tarefa de integrar as categorias na forma de teoria. Esta integração exige de novo o recurso ao método da comparação constante, incidindo nesta fase sobre as propriedades e dimensões das várias categorias já organizadas por meio do modelo paradigmático. Durante este processo de comparação, o investigador continua numa atitude de questionamento a formular concepções acerca do fenómeno em estudo, que precisam de ser validadas.

Strauss e Corbin (1990) sugerem um conjunto de orientações para proceder a este processo de integração, de que o primeiro passo consiste na selecção e compromisso com uma categoria central, de entre as várias categorias já construídas, no sentido de explicar o que aqueles autores identificam como "a linha da história". Uma forma de identificar a categoria que representa o fenómeno é contar uma história escrevendo algumas linhas sobre o essencial da história, procurando responder a questões como: *O que parece mais importante na diversidade de categorias? Qual me parece ser o problema principal?* Trata-se, portanto, de uma fase de selecção e descrição geral do foco mais importante ou saliente ao longo da análise dos diferentes relatos. Após esta descrição, o investigador pode seleccionar entre as várias categorias a que melhor lhe parece representar a descrição anteriormente feita. Mais uma vez pode ser interessante, nesta fase, identificar o que seriam casos excepção ou negativos // desta categoria central.

A segunda orientação dos autores refere-se ao estabelecimento de relações das categorias subsidiárias com a categoria central por meio de um paradigma. Para além de a história definir a categoria central, também deve referir as propriedades e dimensões. O relacionamento das diversas categorias à categoria central é feito por meio do paradigma axial: condições, contexto, estratégias e consequências. Então, a questão é identificar que categorias denotam que parte do paradigma, ou seja, que categorias são definidoras do contexto, que categorias definem as estratégias.... Esta identificação ordena as categorias subsidiárias em relações paradigmáticas, assumindo deste modo a teoria construída uma ordem narrativa do tipo: A (condições) leva ao B (fenómeno) que surge num C (contexto) que leva a D (acções) e, depois, leva a E (consequências). Foi este procedimento que uma das autoras realizou num estudo que procurava identificar uma narrativa protótipo de sujeitos deprimidos (Maia, 1998). Para isso, os acontecimentos de vida inesquecíveis relatados por sujeitos deprimidos foram categorizados em sete agrupamentos de significado que, depois, foram organizados sobre a forma de uma narrativa. Ou seja, como se pode ver na figura seguinte (Figura 2), a partir das categorias previamente construídas, foi elaborada uma narrativa.

Contexto	Precipitante	Resposta interna	Objectivo	Acções	Resultado	Fim
Espaço interior/casa	Perda/decepção	Incredulidade, tristeza, raiva	Compreender e aceitar situação	Paralisia, isolamento, choro	Prostração e abandono	Fragilidade



A notícia foi-me dada inesperadamente quando estava em casa. Essa pessoa tinha acabado de morrer. Assaltou-me um sentimento de incredulidade. Não poderia ser verdade o que acabava de ouvir. Quando lá cheguei percebi que era de facto verdade. Fiquei paralisado a procurar perceber o que se estava a passar, tentando a todo o custo aceitar a notícia. Comecei então a sentir uma profunda tristeza acompanhada de uma grande revolta. Foi então que decidi ficar sozinho e comecei a chorar. Estava só, triste e também revoltado. Não me apetecia fazer nada, mas simplesmente ficar sozinho na minha tristeza a procurar aceitar e compreender a situação. Fiquei com a sensação de que o mundo desabava sobre mim deixando-me apertado contra mim próprio, incapaz de dar um passo que fosse. Desde esse momento senti-me mais e mais frágil para enfrentar o mundo, com uma grande vontade de desaparecer.

Figura. 2- Exemplo de codificação selectiva na construção de uma narrativa

O relacionamento das categorias ao nível dimensional e a validação destas relações, no confronto com os dados, constituem outras duas sugestões. Ainda que posteriormente voltemos a abordar esta questão de validação, referimos já que validar as relações pode implicar que o investigador se envolva num processo de questionamento centrado na aplicabilidade da construção conceptual aos relatos de cada participante. Por fim, os autores recomendam que se dê atenção à necessidade de completar as categorias que possam precisar de um maior refinamento e desenvolvimento.

Por mais complexa e densa que seja a construção conceptual subjacente à narrativa construída, nem sempre ela consegue esgotar a complexidade e variabilidade observada nos dados. A construção de padrões é uma das formas de organizar esta diversidade. Já na codificação axial o investigador vai anotando algumas redundâncias quando estabelece relações entre categorias ao nível das propriedades e dimensões. O recurso constante à questões e comparações numa atitude de suporte à construção e verificação permite sistematizar e solidificar as conexões que o investigador faz. É neste processo que o investigador chega à identificação de padrões que resultam da identificação da variabilidade ou consistência das propriedades e dimensões das categorias. A organização e apresentação destes padrões e sequências narrativas pode ser feita quer através de diagramas, quer através de narrativas orientadas pelo modelo paradigmático.

Em suma, os estudos de *grounded theory* são orientados para a organização de uma sequência de acções e para a compreensão de um processo, que nem sempre é explicitado na análise. O próprio modelo paradigmático que os autores da *grounded theory* propõem para organizar as relações entre as categorias sugere uma natureza dinâmica e processual da teoria construída. No entanto, nem sempre no decorrer da análise subjacente às codificações aberta, axial e selectiva o processo emerge, podendo ser necessário analisá-lo intencionalmente. Alguns fenómenos, como os que a psicologia estuda, justificam e ficam beneficiados com uma análise de *grounded*

theory focalizada na análise do processo. Por exemplo quando se estuda questões relacionadas com mudanças ou desenvolvimento, a análise do processo deve ser intencionalizada. Neste caso o investigador deve identificar as condições e acções correspondentes que movem o processo, identificando os pontos de viragem. Para além desta descrição do movimento o investigador deve também estar atento às variações do processo através das fases e estádios. Mesmo quando a categoria central é formulada de uma forma dinâmica, deve ser tratada como qualquer fenómeno central e deve ser desenvolvida em termos de paradigma.

Para finalizar, gostaríamos de salientar algumas ideias que nos parecem centrais e se tornam cada vez mais claras à medida que aprofundamos os estudos de *grounded theory*. Uma das primeiras ideias refere-se à escolha e utilização dos procedimentos, o que ocorre normalmente num percurso de análise sequencial de procedimentos mais simples de codificação para procedimentos cada vez mais complexos de organização e integração das análises anteriores. Embora as tenhamos apresentado numa sequência cumulativa, tal como são descritos por Strauss e Corbin (1990), temos vindo a verificar que elas podem ser usadas de modos distintos. Os próprios autores sugerem que estas fases podem ser alternadas ou recorrentes e que não têm que ser sempre todas usadas. E, de facto, especialmente na investigação em psicologia, não só frequentemente elas não se organizam sempre numa sequência linear, como podem mesmo funcionar como procedimentos de análise independentes (Rennie, Phillips & Quartaro, 1988), ou seja, temos verificado, na consulta de diversos relatos de investigação em psicologia com referência ao uso da *grounded theory*, que os diferentes investigadores constroem e seleccionam procedimentos específicos e mais relevantes para os seus objectivos e objectos de estudo. Esta atitude de investigação se, por um lado, pode ser criticada e entendida como irreverente face às sugestões clássicas da *grounded theory*, indica também alguma flexibilidade e evolução das respostas que esta metodologia oferece. Esta particularidade e contextualização do uso desta metodologia surge como uma resposta possível para lidar com o difícil problema da integração conceptual que a *grounded theory* coloca. De qualquer modo é essencial estudar e compreender bem todos os procedimentos antes de realizar a análise. Diesing (1971, p.14, citado por Strauss & Corbin 1990, p. 59) defende que "os procedimentos não são mecânicos e automáticos, nem constituem um algoritmo garantido para dar resultados. Eles têm de ser aplicados com flexibilidade de acordo com as circunstâncias. A sua ordem pode variar e as alternativas estão disponíveis em qualquer fase". Na prática, os seus usos variam com a especificidade da área sob estudo, o propósito e o foco da investigação, as contingências encontradas durante o projecto e talvez aspectos particulares relacionados com a sensibilidade teórica e a abertura do investigador. Com a experiência, os investigadores reconhecem que as informações e recomendações a propósito dos procedimentos da *grounded theory* recebidos, quer nas obras de referência, quer em sessões de formações, são orientações importantes mas requerem alguma adaptação às circunstâncias particulares. Apesar desta abertura e aceitação da flexibilidade no uso dos procedimentos, os autores de referência para esta metodologia acreditam que o desenvolvimento e a conceptualização da *grounded theory* não mudou nos seus elementos centrais, especialmente no respeito pelo questionamento e comparação constante.

Uma outra ideia que gostaríamos de salientar, e que se torna mais clara à medida que prosseguimos e aprofundamos os estudos de *grounded theory*, é a ideia da grande complexidade subjacente aos seus procedimentos. Esta complexidade deriva do carácter provisório dos resultados da análise que exige ao investigador o cuidado constante de verificação da análise junto dos dados. Quando o investigador se compromete com um estudo com esta metodologia, compromete-se com um percurso de análise sujeito à novidade que o vaivém entre os dados e a análise pode trazer, e que inclusivamente pode exigir a reformulação das análises já efectuadas anteriormente. Um dos princípios que caracteriza este método, e que está na base de qualquer procedimento, desde os procedimentos de codificação aos procedimentos de integração, é o método de comparação constante, que se define por um movimento entre um questionamento constante e recursivo a propósito dos dados que são recolhidos e a comparação constante entre as respostas que são encontradas para as questões e os dados que as suscitaram. Para além disso, este método da comparação constante tem em consideração uma dimensão de temporalidade da análise, exigindo uma comparação entre a conceptualização que vai sendo construída e os dados recolhidos nos diferentes momentos do processo de análise, informando a própria recolha de dados, na medida em que o resultado da análise de dados já recolhidos informa sobre a necessidade de outras fontes de dados pertinentes para a clarificação e especificação da análise já realizada. Por exemplo a recolha de casos contrastantes ou de casos negativos (que contrariam os padrões que vão sendo construídos) pode ser um procedimento que enriquece a teoria construída pois contribui para a compreensão da sua variabilidade. Mas toda esta complexidade dificulta por vezes as conclusões simples e claras e exige alguns cuidados que o investigador deve ter, nomeadamente com a escrita dos estudos. Para além disso, toda a complexidade causa nos investigadores iniciados muita insegurança e confusão. A este propósito Strauss e Corbin (1990) aconselham o estudo e treino prévio dos procedimentos, bem como a supervisão de investigadores mais experientes com o método.

Todos estes procedimentos podem ser utilizados com a ajuda de *software*. A utilização de *software* como um instrumento útil para as análises qualitativas remonta aos anos 60 quando os investigadores da área da literatura os usaram para fins estatísticos do tipo contar o número de vezes que uma determinada palavra aparecia na obra de um autor (Seale, 2000). Nestes estudos eles apresentavam a vantagem de realizar a tarefa de uma forma muito mais rápida. Só a partir dos anos 80, com a evolução dos computadores pessoais e o desenvolvimento rápido de *softwares*, surgiram programas suficientemente rigorosos e flexíveis, constituindo um auxílio à sofisticação das análises qualitativas. Flick (1998) refere a existência de mais de 25 programas, ainda que reconheça que muitas vezes não é claro o que é que alguns trazem de novo. Seale (2000) identifica como principais vantagens da utilização de análise de dados qualitativas assistidas por computador (ADQAC) a rapidez, o rigor, a facilitação do trabalho em equipa pelo desenvolvimento de esquemas de codificação consistentes; e a ajuda nas decisões de amostragem, por assegurar que todos os casos relacionados com um fenómeno serão incluídos na análise. Abordamos brevemente três programas de *software* que podem ser utilizados como auxílio da realização de *grounded analysis*: o ETNOGRAPH, o NUD*DIST e o ATLAS.

O ETNOGRAPH (<http://www.QualisResearch.com>) surgiu nos anos oitenta e foi um dos primeiros programas a ser desenvolvido para auxiliar nas análises qualitativas. Uma das razões do seu sucesso deveu-se à sua simplicidade. Exige, como os outros programas, que os dados entrem a partir de processamento de texto, e uma vez importado, as linhas são numeradas. As codificações dos segmentos de texto ficam associadas a esses números, permitindo ainda associar *memos*. Por outro lado também permite fazer análises seleccionando só um interlocutor de entrevistas, ou em função das características das entrevistas (selecciona algumas entrevistas, mas outras não) (cf. Seale, 2000).

O NUD*IST (<http://www.qsr.com.au>) surgiu mais tarde do que o ETNOGRAPH, e foi sempre mais completo do que o seu antecessor, mas é mais complicado para aprender. Permite que os resultados de procuras anteriores sejam armazenados e sejam encontrados em procuras posteriores, bem como comentários que o investigador faça na sua interacção com os dados podem ser guardados e entrarem posteriormente em pesquisa, oferecendo igualmente uma apresentação visual da codificação numa estrutura hierárquica em árvore, que vai mudando à medida que a codificação vai evoluindo. Este programa tem sido utilizado por alguns investigadores da Universidade do Minho (e.g. Matos & Gonçalves, 2000).

O ATLAS foi desenvolvido especificamente para apoiar a investigação realizada com base na *grounded theory*, e baseou-se na obra de Strauss (1987). É um programa sofisticado, e permite a utilização de palavras, mas também de imagens. Permite ainda criar diagramas conceptuais, que representam ligações entre ideias que vão surgindo. Tem interface com o SPSS e outros programas estatísticos, mas para alguns utilizadores a sua sofisticação pode não justificar a sua complexidade (cf. Seale, 2000; Flick, 1998).

Estes e outros programas podem ajudar, por arquivarem os comentários e as categorias que o investigador vai associando aos dados. No entanto, é o investigador que tem de realizar o trabalho criativo e sistemático de procurar conceptualizar os dados. Aliás na escolha do suporte informático o investigador deve avaliar quais as suas potencialidades, nomeadamente quais as suas funções específicas (e.g.. codificação de dados, pesquisa e organização, *memoing*, construção de matrizes, construção de redes, construção de teoria) e a sua adequação aos objectivos e análises planeadas para o projecto de investigação.

Exemplo de um estudo segundo os procedimentos da *grounded theory*

Neste ponto apresentaremos um estudo de investigação com o propósito de exemplificar a utilização dos procedimentos da *grounded theory*. Atendendo à complexidade que a descrição de um estudo de *grounded theory* exige, informamos que a apresentação que aqui faremos será muito simplificada. Além disso, o leitor poderá notar que a aplicação desta metodologia a um domínio específico, a investigação em psicoterapia, privilegiou a opção por alguns procedimentos dos anteriormente apresentados.

No estudo realizado por Fernandes (1999) sobre a co-construção em psicoterapia, a autora pretendia estudar como as memórias do terapeuta eram activadas pelo processo de recordação do cliente, durante a sessão psicoterapêutica, bem como compreender a experiência subjectiva destes episódios terapêuticos.

Para prosseguir este objectivo foram realizadas entrevistas a 18 psicoterapeutas com formação no "modelo de psicoterapia cognitiva narrativa" (Gonçalves, 1998). Estes participantes foram seleccionados com base num critério teórico, ou seja a relevância da sua formação narrativa (em particular o treino na atitude de recordação narrativa) para o processo de co-construção terapêutica, que se procurava explorar. O grupo de participantes começou por integrar psicoterapeutas com formação e prática com o referido modelo, sendo progressivamente alargado aos terapeutas recém formados (sem prática) no mesmo modelo. Este alargamento teve em consideração o facto de ambos os subgrupos de terapeutas poderem constituir-se como grupos contrastantes relativamente ao critério teórico (desenvolvimento de uma atitude narrativa) inerente à construção da amostra e, portanto, permitirem definir quer a tipicidade, quer a variabilidade na co-construção narrativa.

As entrevistas focalizaram-se na identificação de episódios mnésicos do terapeuta durante a sessão terapêutica em análise, e por meio de um procedimento metodológico específico, o *processo de recordação interpessoal*, foram estruturadas de acordo com uma estrutura narrativa. Assim, o guião da entrevista compreendia algumas questões gerais: *Qual o precipitante da memória?*; *Qual a memória em si?*; *Como foi a experiência subjectiva dessa memória?*; e *Como ocorreu a finalização da memória no âmbito da sessão?*.

Foi feita a transcrição *verbatim* de todas as entrevistas e seguiu-se a *grounded analysis* dos dados. O primeiro passo da análise consistiu na selecção do material relevante para análise, ou seja considerou-se útil manter para análise todo o material que se referia aos domínios da sequência narrativa (precipitante, memória, experiência e finalização). Os dados soltos, sem uma referência clara a um dos domínios, comentários paralelos ou que saíam fora do contexto da entrevista foram retirados do material para análise.

De seguida iniciou-se a codificação aberta, ou seja decompôs-se cada uma das entrevistas em unidades de análise, sendo que o critério usado para as definir foi o facto de representarem uma ideia única. Cada um dos protocolos de entrevista podia conter diferentes extractos pertencentes à mesma unidade de análise, assim como incluir diferentes unidades de análise. Estas foram também colocadas no respectivo domínio narrativo (precipitante, memória, experiência ou finalização), tendo-se utilizado cores distintas para representar a unidade de análise de cada um, ao longo do texto. Cada unidade de análise foi codificada com três algarismos, sendo o primeiro relativo ao número da entrevista, o segundo referia-se ao número do episódio mnésico e o terceiro dizia respeito ao número de ordem na sequência do texto. Por exemplo o código 01-01-02 refere-se à primeira entrevista, primeiro episódio mnésico e segunda unidade de análise identificada. Na mesma entrevista era possível identificar outros segmentos do texto que pertenciam também a esta unidade, como por exemplo 01-05-02, ou seja é a mesma unidade mas presente num outro episódio mnésico relatado na mesma entrevista. Esta codificação facilitou posteriormente a identificação dos dados, aquando da verificação da correspondência das categorias construídas aos dados.

Deste modo, os textos das entrevistas foram decompostos e as unidades de análise foram categorizadas dentro dos respectivos domínios previamente identificados. Começou-se por fazer uma categorização descritiva, ou seja a cada unidade de análise foram atribuídas tantas categorias descritivas quantas as que era

possível construir, quando a investigadora perguntava por exemplo: *O que é que isto representa?*, ou *A que se refere esta unidade de análise?*, ou *Sobre o que é isto?* Esta categorização era ainda muito próxima das próprias palavras que os psicoterapeutas usaram. Assim, cada unidade de análise podia estar associada a uma ou várias categorias descritivas, assim como cada uma das categorias descritivas podia vir a integrar diferentes unidades de análise, identificadas ao longo de cada uma ou das várias entrevistas.

Para facilitar esta tarefa (e uma vez que não foi usado qualquer *software* para realizar esta análise) a autora organizou a informação em quadros do tipo do Quadro I, que apresentamos como um exemplo.

Quadro I - Exemplo de construção de categorias descritivas

Domínio	Unidade de análise	Código	Categorias descritivas
precipitante	Quando ela falou das fotografias	03-01-01	conteúdo do discurso discurso da cliente fotografias
memória	Lembrei-me de ver assim uma série de fotografias... fotografias de mim em miúda...preto e branco ... só assim um <i>flash</i> de ver uma série de fotografias	03-01-02	<i>flash</i> ver fotografias recordações
experiência	foi um flash ... continuei ligada, um misto de saudade, uma certa nostalgia...	03-01-03 03-01-04	sentido de ligação emocional
finalização	É daquelas coisas que vão e que vêm, já não me lembro do que ela disse, mas lembro-me de voltar aí...	03-01-05	vai e vem movimento voltar

À medida que as entrevistas foram sendo feitas e analisadas de acordo com os procedimentos descritos acima, o processo de análise continuou em dois sentidos: (i) deu-se continuidade aos procedimentos de categorização, nomeadamente a categorização conceptual, e (ii) sempre que uma nova entrevista era analisada verificava-se se surgiam novas categorias, e se a comparação destas com os dados já analisados justificava a reformulação da análise já efectuada.

A categorização conceptual consistiu em construir categorias mais abstractas e compreensivas das categorias descritivas, atendendo às inter-relações entre elas. Cada categoria descritiva podia relacionar-se com várias categorias conceptuais, assim como cada uma destas podia integrar várias categorias descritivas. Neste processo de categorização conceptual, seguiu-se, tal como anteriormente uma postura de questionamento aberto constante. A propósito de cada categoria descritiva e atendendo ao domínio da sua inserção, perguntava-se: *O que é isto?*, *A que se refere?*, *Com que outras categorias esta se relaciona e como?*. Nesta fase eram feitas outras questões relacionadas com as propriedades das categorias já construídas, quer porque o texto fornecia indicações nesse sentido, quer porque de um ponto de vista teórico se tornava pertinente fazê-las. Responder as estas questões obrigava a recorrer de novo às unidades de análise e ao contexto global do episódio mnésico em análise, no sentido de verificar que fosse mantido um sentido de coerência entre os dados e a hierarquia de

categorias em construção. O critério para acabar a categorização conceptual foi definido pela impossibilidade de construir novas categorias, ou seja, mesmo quando era analisada uma nova entrevista as categorias repetiam-se, não acrescentando qualquer novidade. Considerava-se então que o processo de categorização tinha atingido a sua saturação. No quadro II apresentamos um exemplo da aplicação destes procedimentos em relação ao mesmo episódio mnésico apresentado no quadro I.

Quadro II - Síntese da categorização conceptual sobre o episódio:03-01

Domínios	Unidade de análise	Código	Categoria descritiva	categorização conceptual
precipitante	Quando ela falou das fotografias	03-01-01	discurso da cliente fotografias	- conteúdo do discurso da cliente - semelhança
	<i>questões:</i> <i>o que é que precipita?: conteúdo</i> <i>quando é que a memória é activada?: quando a cliente fala</i> <i>que relação existe entre precipitante e memória? semelhança</i>			
memória	Lembrei-me de ver assim uma série de fotografias... fotografias de mim em miúda...preto e branco ... só assim um <i>flash</i> de ver uma série de fotografias	03-01-02	<i>flash</i> ver fotografias recordações	- visual ou imagética -rápida,sem pormenores - associação ao passado do terapeuta/referência
	<i>questões:</i> <i>como é a memória? visual, rápida, sem pormenores</i> <i>sobre o que são as recordações / fotografias? passado do terapeuta</i> <i>que função teve esta memória neste contexto? referência para a compreensão</i>			
experiência	foi um flash ... continuei ligada, um misto de saudade, uma certa nostalgia...	03-01-03 03-01-04	ligação emocional	- emocional - atenção flutuante - movimento interno
	<i>questões</i> <i>que tipo de emoção? positiva</i> <i>que tipo de resposta? ligação entre o cliente e as memórias / coberta</i>			
finalização	É daquelas coisas que vão e que vêm, já não me lembro do que ela disse, mas lembro-me de voltar aí...	03.01-05	vai e vem movimento voltar	- fim vago - voltar gradual - voltar ao discurso da cliente
	<i>questões</i> <i>como acabou o episódio mnésico? vago, gradual</i> <i>o que fez terminar? algo que a cliente disse</i>			

À medida que este procedimento de categorização conceptual sobre os relatos dos episódios mnésicos incluídos nas várias entrevistas foi sendo desenvolvido, foi-se tornando perceptível que algumas das categorias conceptuais se relacionavam entre si, sendo algumas destas relações suportadas em propriedades comuns. Por exemplo, no domínio do precipitante – consideraram-se propriedades como fonte, natureza e mecanismo. O domínio da memória poderia ser organizado segundo o seu conteúdo, a sua forma, a sua função, e a sua natureza. Quanto ao domínio da experiência foi

organizado segundo o tipo de experiência e o tipo de resposta à activação. Finalmente o domínio da finalização organizou-se segundo fonte, forma e mecanismo. A identificação destas propriedades comuns a diferentes categorias permitiu reorganizar numa hierarquia as categorias descritivas e conceptuais de acordo com alguns eixos centrais em cada domínio. Este último procedimento refere-se à codificação axial que, tal como a codificação aberta, exigiu a comparação constante com os dados, no sentido de manter a coerência com os mesmos.

Como resultado desta codificação axial, construiu-se um diagrama para cada domínio narrativo (precipitante, memória, experiência e finalização), dos quais a título de exemplo apresentamos o relativo ao domínio da finalização, na figura 3.

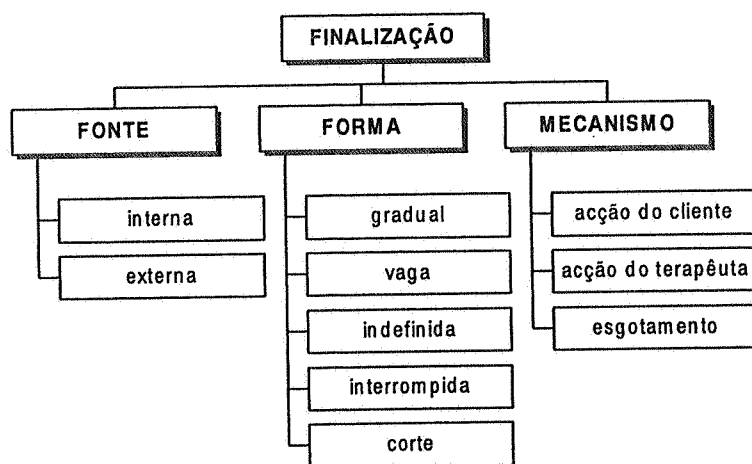


Figura 3- Domínio da finalização da memória

Como vemos na figura 3, a finalização dos episódios mnésicos activados durante o processo de recordação do cliente pode seguir diferentes percursos, definidos por três categorias centrais, que representam as propriedades da finalização: (i) a *fonte* (*interna* ou *externa* ao psicoterapeuta - ex. o terapeuta podia dizer respectivamente: "pensei para mim próprio que não me podia distrair" ou "o cliente começou a chorar"; (ii) a *forma* como a memória finalizou (*gradual*- ex. "foi acabando", *vaga* - ex. "já não me lembro do que ela disse, mas lembro-me de voltar", *indefinida*- ex. "não sei muito bem", *interrompida*- ex.- "quando ela começou a falar do tio", e *corte*- ex. "pensei tenho que acabar com isto, tenho que dar o meu melhor"), e (iii) o *mecanismo* (*acção do cliente*- ex. "com a risada dele acabamos por nos rirmos e acabou", *acção do terapeuta* - ex. "fiz um esforço para desligar", *esgotamento*- ex. acabou por eu não me lembrar de mais informação"). Em suma, este estudo utilizou essencialmente os procedimentos de codificação aberta e axial da *grounded analysis*. Esta análise permitiu criar um modelo compreensivo da co-construção terapêutica, construindo percursos narrativos alternativos para as memórias dos terapeutas activadas no contexto da sessão psicoterapêutica.

Escolha, validação e escrita de metodologia qualitativa

Quando os investigadores têm de tomar decisões sobre a metodologia que lhes parece mais apropriada para estudar uma determinada área, muitas vezes vêm-se confrontados com uma diversidade de metodologias que, por tratarem dados de tipos diferentes, ou serem, mesmo dentro do mesmo tipo de dados, abordagens tão

incomparáveis, tornam a decisão acerca da metodologia mais difícil do que a escolha do tema. Um dos nossos objectivos neste capítulo foi oferecer um enquadramento ontológico e epistemológico para as metodologias qualitativas, de modo que esta escolha seja feita com a consciência de que o conhecimento que é produzido não é independente das metodologias utilizadas e dos quadros teóricos com que lhe é dado significado. Procuramos por isso inicialmente dar alguma informação de *background* sobre a análise qualitativa em geral e sobre a *grounded theory* em particular, de modo a ajudar um investigador que queira decidir que tipo de metodologia utilizar, a ter mais claros quais os fundamentos ontológicos e epistemológicos que estão subjacentes a esta metodologia.

Algumas das questões que os estudantes de mestrado e doutoramento colocam são sobre a possibilidade de realizarem, em contexto das provas académicas, projectos de investigação que recorram às metodologias qualitativas. A maioria das licenciaturas continuam a pautar os seus conteúdos, particularmente visíveis nas disciplinas de cariz metodológico, pela racionalidade positivista/objectivista, e, por isso, perseguem o objectivo que dominou a ciência pelo menos desde o renascimento: a descoberta, pondo em causa a validade dos estudos qualitativos do tipo *grounded theory*. A outros investigadores, as dúvidas podem surgir numa fase diferente, quando já têm dados do tipo qualitativo e se questionam acerca do modo como podem dar sentido a todos esses dados; ou como podem ter uma interpretação teórica baseada nessa realidade empírica, tendo a certeza de que os seus dados e interpretações são válidos e fieis?

A construção de conhecimento está associada ao desenvolvimento de estratégias que procuram aferir até que ponto ele se adequa ao fenómeno a que se aplica. No paradigma positivista, os conceitos de validade e fidelidade são os critérios a partir dos quais se procura analisar a fiabilidade com que um modelo poderá ser considerado uma representação adequada da realidade.

A utilização de métodos de análise qualitativos, intencionalizados para a compreensão dos fenómenos subjectivos, conduziu à emergência de uma reflexão sobre os critérios que poderão ser utilizados neste tipo de investigação, tendo alguns autores defendido que os padrões ou cânones pelos quais os estudos quantitativos são julgados são inadequados para os estudos qualitativos. Nesse sentido eles devem ser modificados para poderem ser aplicados à investigação qualitativa (e.g. Agar, 1986; Guba, 1981; Kirk & Miller, 1986). Por exemplo, Guba e Lincoln (1989) sugeriram que a noção de validade deve ser substituída pela noção de autenticidade e rejeitaram a noção de generalização que deve ser substituída pela noção de transferibilidade. Outros autores têm procurado propor critérios que assegurem a validação do conhecimento produzido através de análises qualitativas. Reissman (1993), debruçando-se sobre o conceito de validade na análise narrativa, defende que este deve ser reconceptualizado uma vez que a validade de uma narrativa decorre de três características: ser persuasiva, no sentido em que se apresenta como plausível; correspondência, que se refere ao modo como a população a partir da qual foram recolhidos os resultados da análise narrativa se revê na teoria construída (o que exige que, após o tratamento do material, ele seja devolvido aos indivíduos, proporcionando meios para avaliar se eles se reconhecem no tratamento dos dados); e coerência global, local e temática com que a narrativa é apresentada. Por seu lado, Connely e Clandinin (1990) sugerem que no processo de avaliação de uma narrativa os critérios de fidelidade e validade devem ser

substituídos pelos de aparência e verosimilhança. Ou seja, uma narrativa deve fazer sentido para aqueles que estão envolvidos no fenômeno estudado, mostrando-se adequada e plausível em relação ao assunto que procura abarcar; e oferecer um sentido de totalidade que, sem se perder em detalhes, desperte nos leitores uma conexão com o particular, convidando a estabelecer relações com a sua experiência subjectiva. "Um relato plausível é um relato que tende a tocar a verdade. É um relato do qual se poderia dizer "*Eu posso imaginar isto a acontecer*" (Connely & Clandinin, 1990, p.8).

O trabalho inicial de Glaser e Strauss (1967), surgido no âmbito da sociologia, decorria da necessidade sentida pelos autores de elaborar uma metodologia que permitisse gerar teoria, atendendo ao ênfase que julgavam excessivo na década de sessenta no sentido exclusivo da verificação de teorias dos fundadores da sociologia e da utilização de métodos quantitativos. Mas outro dos objectivos centrais da obra era oferecer uma metodologia de investigação não especulativa, cuidadosamente legitimada, de modo a combater o estatuto desvalorizado que as metodologias qualitativas tinham por não garantirem uma verificação adequada. Por isso dedicaram um espaço considerável dessa primeira obra (um capítulo designado por "A credibilidade da *Grounded theory*") às questões de verificação, salientando as questões de credibilidade, plausibilidade e confiança que devem ser assegurados pelos cuidados dos investigadores em cada passo. Nas suas palavras, a adequação de uma teoria

"não pode ser divorciada do processo pela qual é gerada. (...) Outros cânones para avaliar uma teoria, como consistência lógica, clareza, parcimónia, densidade, amplitude, integração, correspondência e possibilidade de funcionar, também são significativamente dependentes de como a teoria foi gerada" (p. 5).

Como se constata, para Glaser e Strauss (1967), tal como para Strauss e Corbin (1990), as metodologias qualitativas devem submeter-se a regras de verificação, mas elas têm de ser diferentes dos critérios utilizados nas ciências naturais. Para estes autores, o descrédito em relação às metodologias qualitativas e às suas técnicas, bem como as críticas que lhe são dirigidas, decorrem da utilização dos modelos de verificação utilizados nas metodologias quantitativas, critérios que são inadequados para julgar a credibilidade dos resultados originados pelas metodologias flexíveis e qualitativas. Por exemplo, Strauss e Corbin (1990) afirmam a sua convicção de que os cânones usuais de "boa ciência" devem ser retidos, mas requerem redefinição de modo a estar de acordo com as realidades da investigação qualitativa e as complexidades dos fenómenos que procuram compreender. Estes cânones incluem, segundo Strauss e Corbin (1990), a significância; a compatibilidade teoria - observação, a generalidade, a consistência, a replicabilidade, a precisão, e a verificação. O que é importante é que todos estes padrões sejam explicitados. Por exemplo, o fenómenos sociais não são replicáveis como os de laboratório, onde se pode controlar todas as variáveis. No entanto, se se encontrar contextos em que se encontram um conjunto de condições, deverá aplicar-se uma compreensão teórica equivalente. É isto que permite fazer previsões dos fenómenos sociais. Para Strauss e Corbin (1990) este poder explicativo significa "capacidade preditiva" e não generalização dos resultados. Por isso é importante que os leitores tenham informação clara sobre as condições em que um

fenómeno foi estudado. As palavras de Glaser e Strauss (1967) são a este propósito bem ilustrativas:

“Neste livro levantamos dúvidas sobre a aplicabilidade dos cânones de rigor como critérios apropriados para julgar a credibilidade de teoria baseada no uso desta metodologia. Nós sugerimos que os critérios de julgamento sejam baseados nos elementos detalhados das estratégias usadas para colectar, codificar, analisar e apresentar os dados aquando da “geração” da teoria, e na forma como as pessoas a lêem” (p.224).

Ou seja, a apresentação detalhada de todas as estratégias e procedimentos utilizados na recolha, codificação, análise e apresentação da teoria, nomeadamente a explicitação das questões orientadoras da interacção entre o entrevistador e os sujeitos, dos contextos em que as entrevistas foram realizadas, das regras de transcrição, os sistemas de notação e as interpretações feitas, constitui um garante do cuidado sistemático que foi colocado ao longo de todo o processo, o que permite uma avaliação externa da teoria construída.

Em suma, é o rigor dos procedimentos de análise e a sua descrição exaustiva que permite a outro investigador compreender e avaliar o conhecimento construído. Ele será considerado "válido" e "fidedigno" se os casos estudados forem bem descritos, e a descrição das análises deixar transparecer coerência e consistência (cf. Silverman, 2000). Esta questão conduz-nos directamente ao problema do relato escrito de investigações baseadas em metodologias qualitativas do tipo *grounded theory*.

Descrição de uma investigação *grounded*

A parte da escrita de um documento (artigo, monografia ou tese) baseado numa metodologia qualitativa do tipo *grounded theory* obriga o investigador a utilizar a sensibilidade teórica que foi adquirindo ao longo de leituras e contacto com os dados, de modo a poder contar uma história sobre o modo como o problema alvo do estudo emergiu, como as metodologias e os dados foram escolhidos e recolhidos, e como foram analisados, bem como as conclusões que o investigador elaborou para compreender ao fenómeno em estudo.

Aqui abordaremos especialmente os desafios relacionados com a escrita dos capítulos metodológicos e empírico quando se utilizam metodologias qualitativas do tipo *grounded theory*, que levantam a questão de como dar sentido, em forma escrita, a todos os procedimentos e análises realizados durante o processo de investigação.

A escolha da metodologia das investigações qualitativas tem de ser teoricamente fundamentada. Murcott (1979, citado por Silverman, 2000, p. 235), sugere que o capítulo de metodologia de um estudo qualitativo deve responder às seguintes questões: "Como é que se chegou à investigação?; Que estratégia geral foi escolhida e porquê?; Que design e técnicas foram escolhidas?; Porquê estas escolhas e não outras?". No caso de se ter escolhido uma metodologia de *grounded theory*, o autor tem de explicitar por que razão escolheu esta metodologia para aumentar a compreensão ou criar uma teoria acerca do problema que constitui o centro do seu estudo, e porque é que acredita que esta metodologia é a que melhor viabiliza o seu objectivo. Para isso deve descrevê-la e fundamentá-la.

Alguns autores (e.g. Alasuutari, 1995) sugerem ainda que sejam relatadas as dificuldades e as tentativas infrutíferas (*dead-ends*) (nomeadamente as mudanças de metodologia) que fazem parte do percurso de qualquer investigação, e que mostram as aprendizagens do investigador.

Depois da descrição e justificação da metodologia geral, é necessário especificar os procedimentos. Por exemplo, se foram realizadas entrevistas, o guião da entrevista deve ser apresentado. As questões das entrevistas devem ser decididas a partir da definição do problema e, por vezes, esse guião vai sendo enriquecido à medida que o próprio processo de análise evolui. De qualquer modo, antes da elaboração do guião da entrevista aconselhamos a leitura de Smith (1997). Devem ainda ser descritos os participantes, os critérios que presidiram à sua escolha inicial, e aqueles que, ao longo da análise, contribuíram para a selecção de uma amostra “relevante”.

Quanto à apresentação dos dados em si, a realização de um índice do capítulo, com a especificação das sessões e sub-sessões que ele conterà ajuda a orientar e dar ordem às ideias. A questão seguinte é decidir o que é que se vai escrever de toda a análise, ou seja, como comprimir muito do que foi feito e concluído. A resposta de Strauss e Corbin (1990) é que tem de se ter claro qual é a principal mensagem analítica, e dar suficientes detalhes conceptuais para a transmitir. A forma dos capítulos deve ser coerente com a mensagem analítica e seus componentes.

Nesta fase os dados estão ainda muito presentes, e sabemos onde reencontrá-los, assim como as notas ou entrevistas. Mas a escrita exige um nível conceptual, onde a descrição, ainda que importante, é secundária. Strauss e Corbin (1990) sugerem mesmo que quando se começa a pensar em escrever, se deve rever os últimos diagramas integrativos e classificar os *memos* até não existir dúvida sobre qual é a principal história analítica que se deseja transmitir. No fundo o que é essencial é a especificação das relações entre categorias, onde aparecem os níveis de conceptualização e a especificação de variações e condições e consequências, incluindo as mais amplas (cf. Strauss & Corbin, 1990, 1998).

Um manuscrito acaba quando o investigador aceita que não há manuscritos perfeitos, e que outro ou outros poderão ainda ser elaborados, nomeadamente para dar sentido a novas ideias...

Terminamos lembrando a riqueza e complexidade dos procedimentos de *grounded theory*. Elas decorrem de procedimentos que ao longo do processo se articulam de forma cumulativa, integrativa e alternativa. Queremos com isto dizer que os três tipos centrais de análise (codificação aberta, axial e selectiva) são usados de um modo flexível no âmbito da *grounded theory*. Embora o procedimento que conduz à teoria os integre numa sequência em que os procedimentos mais complexos integram e acumulam resultados dos procedimentos mais simples, o uso dos procedimentos mais simples não se esgota numa primeira fase sendo recorrentes e alternados com processos mais complexos. Toda esta flexibilidade é uma condição que garante a densidade da teoria, mas torna o processo de análise difícil, especialmente para quem está a iniciar-se no uso deste tipo de procedimento.

Dada a sua flexibilidade, podem ser diversos os usos da *grounded theory* em função dos diferentes objectivos do investigador, tornando este panorama dos procedimentos analíticos muito diversificado. No entanto, dentro da complexidade

inerente a esta diversidade analítica, existem algumas dimensões de coerência que marcam a especificidade dos procedimentos desta metodologia. Referimo-nos à exigência em qualquer estudo de *grounded theory*, qualquer que seja o tipo e o nível de análise, do recurso ao método de comparação constante. Este princípio, se por um lado revela a atitude de abertura à novidade e ao provisório, assenta na preocupação com o rigor, a precisão e a validação das construções conceptuais ou teóricas.

Quanto à complexidade conceptual, decorre do carácter hermenêutico e interpretativo da teoria construída. Se por um lado a complexidade conceptual é promovida pela complexidade e densidade analítica, ela é também fruto da atitude epistemológica subjacente à *grounded theory*, nomeadamente a aceitação de que o conhecimento é sempre contextual e provisório, e apesar de não ser independente da sensibilidade teórica do investigador e dos procedimentos analíticos que ele selecciona, ele permite um nível de construção conceptual que é uma mais valia na compreensão dos fenómenos humanos. Por isso nos agrada a afirmação de Polkinghorne (1988) de que o trabalho qualitativo procura “um conhecimento que aprofunda e alarga a compreensão da existência humana” (p. 159).

NOTAS

¹ Por exemplo, no Departamento de Psicologia da Universidade do Minho, têm sido desenvolvidos estudos de investigação com o suporte de diversas metodologias qualitativas, alguns deles com vista à obtenção de graus académicos, nomeadamente mestrados e doutoramentos. Esta diversidade metodológica contempla por exemplo estudos que usaram a *Grounded theory* (ex. Maia, 1998; Fernandes, 1999; Machado, 2000), análise de conversação (ex. Bastos, 1998), a análise do discurso (ex. Nogueira, 1997) ou análise narrativa (ex. Ferreira-Alves, 2000; Henriques, 2001).

² “grounded” remete para a ideia de fundamentado ou enraizado na especificidade da realidade a investigar.

Referências

- Agar, M. (1986). *Speaking of ethnography. Qualitative research methods series, Vol.2*, London: Sage.
- Alasuutari, P. (1995). *Researching culture: Qualitative methods and cultural studies*. London: Sage.
- Bastos, A. (1998). *Desenvolvimento pessoal e mudança em estudantes do Ensino Superior: Contributos de teoria, investigação e intervenção*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga.
- Charmaz, K. (1990). “Discovering” chronic illness: Using grounded theory. *Sociology of health and illness*, 30, 1161-1172.
- Charmaz, K. (1997). Grounded theory. In J.A. Smith, R. Harré & L.V. Langenhove, *Rethinking methods in psychology* (27-49). London: Sage.
- Connelly, F. M. & Clandinin, D. J. (1990). Stories of experience and narrative Inquiry. *Educational Researcher*, 19, 2-14.
- Denzin, N. & Lincoln, Y. (1994). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Fernandes, E. (1999). *Memórias dos terapeutas activadas durante o processo de recordação do cliente*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga.
- Fernandes, E. (1993). *Exploração de constructos pessoais sobre o self em mudança. Um estudo preliminar com sujeitos depressivos e agorafóbicos*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga.

- Ferreira-Alves, J. (2000). *Desenvolvimento narrativo do professor: Para uma epistemologia posmoderna da prática educacional*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga.
- Flick, U. (1998). *An introduction to qualitative research*. London: Sage
- Gergen & Gergen, (1986). Narrative form and the construction of psychological science. In T.R. Sarbin (Ed.) *Narrative psychology: The storied nature of human conduct* (pp. 22-44). New York : Praeger.
- Gergen, K. J. & Gergen, M. M. (1986). Narrative form and the construction of psychological science. In T. R. Sarbin (Ed.), *Narrative psychology: The storied nature of human conduct* (pp. 22-44). New York: Praeger.
- Glaser e Strauss (1967). *The discovery of Grounded Theory: strategies for qualitative research*. Chicago: Aldine.
- Glaser, B. (1978). *Theoretical sensitivity*. Mill Valley, CA: Sociology Press
- Gonçalves, O. F. (1998). *Psicoterapia cognitiva narrativa: Manual de terapia breve*. Campinas: Editorial Psy.
- Guba, E.G. & Lincoln, Y.S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. Denzin, & Y. Lincoln, *Handbook of qualitative research* (pp. 105-117). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Guba, E. (1981). *Criteria for assessing the trustworthiness of naturalistic inquiries*. *ETC*, 19, 75-91.
- Guba, E.G. & Lincoln, Y.S. (1989). *Personal communication*. Beverly Hills, C.A: Sage.
- Guba, E.G.(1990). *The paradigm dialog*. London: Sage.
- Henwood, K. & Pidgeon, N. (1995). *Grounded theory and psychological research*. *The Psychologist*, March, 115-118.
- Henriques, M. (2000). *Narrativa e Agorafobia: Construção e validação de uma narrativa protótipo*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga.
- Henwood, K. & Nicolson, P. (1995). Qualitative research. *The Psychologist*, March, 109-110.
- Henwood, K. & Pidgeon, N. (1992). Qualitative research and psychological theorising. *British Journal of Psychology*, 83, 83-111.
- Kirk, J. & Miller, M. (1986). *Reliability and validity in qualitative research*. London: Sage
- Layder, D. (1993). *New strategies in social research*. Cambridge: Polity Press.
- Machado, C. (2000). *Discursos do medo, imagens do "outro": Estudos sobre a insegurança urbana na cidade do Porto*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga.
- Maia, A.C. (1998). *Narrativas protótipo e organização do conhecimento na depressão*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho.
- Matos, M. & Gonçalves, M. (2000). Narrativas da violência conjugal: Um estudo sobre os processos de construção da identidade da mulher. *Relatórios de Investigação*. CEEP-Universidade do Minho.
- Nogueira, C. (1997). *Um novo olhar sobre as relações sociais de género. Perspectivas feminista crítica na Psicologia Social*. Dissertação de Doutoramento não publicada – Universidade do Minho.
- Polkinghorne, D. E. (1991). Two conflicting calls for methodological reform. *The Counseling Psychologist*, 19, 103-114.
- Polkinghorne, D. E. (1988). *Narrative knowing and the human sciences*. Albany: Suny Press.
- Reissman, C. K. (1993). *Narrative analysis*. Newbury Park, CA: Sage.
- Rennie, D.L. (1998). Grounded theory methodology: The pressing need for a coherent logic of justification. *Theory and Psychology*, 8, 101-119.
- Rennier, D. Philips, J. & Quartaro, G. (1988). Grounded theory: A promising approach to conceptualization in psychology? *Canadian Psychology*, 29, 139-145.
- Santos, B.S. (1993). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto: Afrontamento.
- Seale, C. (2000). *Introduction to qualitative methods*. Thousand Oaks, CA: Sage

- Smith, J. A. (1997). Semi-structured interviewing and qualitative analysis. In J.A. Smith, R. Harré & L.V. Langenhove, *Rethinking methods in psychology* (pp.1-8). London: Sage.
- Silverman, D. (2000). *Doing qualitative research: A practical handbook*. London: Sage.
- Strauss, A. (1987). *Qualitative analysis for social scientists*. New York: Cambridge University Press.
- Strauss, A. & Corbin, J. (1990,1ªed.; 1998, 2ªed.). *Basics of qualitative research*. London: Sage.
- Valsiner, J. (1991). Construction of the mental: From the “Cognitive Revolution” to the study of development. *Theory & Psychology*, 4, 477-494.